

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, 5 DE OUTUBRO DE 1995

*Deputado Germano Rigotto, que é nosso Líder no Congresso; Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Gil Soares de Almeida; Presidente da Associação Brasileira de Municípios, Deputado Elson Gasparini; Prefeito Ronaldo Lessa; Senhores e Senhoras que aqui estão;*

Em primeiro lugar, os agradecimentos pela visita, pelo apoio manifestado às reformas, na parte administrativa, na parte tributária, que são muito importantes. Quero apenas repetir algo do que disse aos Governadores recentemente.

Eu disse aos Governadores que nós passamos de um momento em que seria possível encarar as questões dos estados separadamente das questões da União e vice-versa. E que não teria sentido uma briga entre estados e União, porque, ou nós organizamos o País no seu todo, ou não faremos o que é o nosso dever. Não adianta salvar as finanças da União e deixar os estados em situação difícil.

O mesmo vale para os municípios. O meu propósito, como Presidente da República, não é ter apenas um desempenho adequado, no controle do orçamento federal. É de nós termos condições para reorga-

nizar o sistema financeiro do conjunto do País – dos municípios, dos estados e da União. É difícilimo, é difícilimo. São dívidas acumuladas, são erros do passado. Às vezes não são nem erros, são circunstâncias do passado, e que nós temos que enfrentar porque o povo nos colocou na posição de enfrentá-las, não é isso?

Mas nós temos que enfrentar com essa compreensão. Então, sem entrar em especificações, devo dizer que quaisquer mecanismos de renegociação de dívida não podem ser pensados só para um setor da Administração Pública. É claro que a União tem que olhar, também, as suas condições, qual é a atitude que ela tem, em diversas questões, não é? Eu não sei, especificamente, no caso das dívidas para com a Previdência, mas existe um projeto de lei na Câmara ampliando o prazo de pagamento, não é verdade? Isso para o setor privado, suponho; e tem um também para o setor público. Então, há já mecanismos de encaminhamiento.

E o importante é que, ao se consolidarem as finanças, não apenas se faça, digamos, um estancamento provisório de uma situação de aflição. É preciso ver mais longe. Nós temos que criar os filetes de recomposição das finanças públicas em geral.

Então, nenhuma negociação que implique simplesmente “não pagar” é boa para ninguém. É pagar nas condições possíveis, mas pagar. Nós fizemos, quando fui Ministro da Fazenda, uma renegociação com os estados em 22 bilhões de dólares, naquela época. E ainda disse, recentemente, aos Governadores – que estavam protestando por causa dos juros altos, mas não nesta parte, porque esta dívida contratual renegociada tem 6,5% de juros ao ano –, que podem discutir no Senado o que quiserem, sobre alíquota: é uma discussão mal focalizada, porque nenhum estado – aliás, só um – paga mais do que 9% da sua receita, no que diz respeito às dívidas consolidadas. Há outras que não estão consolidadas. O que nós temos que fazer é consolidar as que não estão consolidadas e não desarrumar o que já se arrumou. Então, é preciso entender, com precisão, qual é o problema.

E, quando se vai mais a fundo no porquê dessa crise fiscal, vê-se que ela tem algumas razões. Uma delas, por paradoxal que seja, é a estabili-

zação da economia, não é isso? Quando se estabiliza a economia, tira-se dos Governos – do federal, dos estaduais e dos municipais – um recurso. Qual o recurso? É jogar com a inflação. Dá o aumento de salário, mas, depois de dois, três meses, aquele aumento desapareceu. Agora, não. Deu o aumento, ele vai ficar. Errou no aumento, arrebentou as finanças públicas.

Então, como estávamos habituados a raciocinar assim – 20%, 30%, 50% –, isso hoje é uma catástrofe, porque é real, não é? Não totalmente, porque tem ainda uma pequena inflação, mas não se pode mais contar com o mecanismo da inflação para que ela, sozinha, reequilibre as finanças; não vai reequilibrar. E muita gente não se apercebeu disso e deu aumentos, não tomando em consideração que esses aumentos agora têm que ter outra magnitude.

Bem, então, são conseqüências da estabilização, a qual já limitou o poder de manobra dos governos. Mas esse poder se fazia à custa do povo, que era a inflação que estava aí corroendo os salários, corroendo os ganhos da população, porque é fácil, é mais fácil administrar com inflação – desde que seja tudo indexado – do que sem inflação. Porque tem que ser mais realista sem inflação. Não pode mais fazer concessões fáceis sem inflação. Com a inflação, dava a ilusão de que dava concessão, e não dava nada.

Então, isso desorganizou. Muitos municípios não tiveram a possibilidade de compreender esse processo e estão com contas exageradas.

Segundo lugar: houve um aumento muito forte de pessoal nos municípios. Muito forte. Os dados mostram que, enquanto a União murchou o número de funcionários, os estados o aumentaram, e os municípios muito mais que os estados. Não foi agora, isso veio de longe, veio vindo, mas os senhores têm esse problema e não têm instrumentos que permitam justamente reorganizar, por causa da estabilidade – não só da estabilidade, senão, também, por causa da nossa cultura, que não permite, mas deve permitir, que haja uma readequação da máquina administrativa.

Bem, eu queria lhes dizer das dívidas dos Estados. Não sei qual é a situação dos municípios, deve ser até mais forte. Dois terços dos desequilíbrios financeiros dos estados são devidos ao excesso de despesa e

um terço aos juros. Dois terços derivam de ter mais despesas do que é possível, com as receitas disponíveis.

Mesmo que nós façamos, como vamos fazer, uma reforma tributária – e certamente ela será neutra nos seus efeitos redistributivos, que isso é compromisso do Governo –, não vai afetar a proporção entre estados, municípios e União.

Vejo frequentemente nos jornais: “Vai tomar dinheiro dos Estados!” Isso não é verdadeiro. O objetivo é manter a mesma proporção e aumentar o conjunto das receitas; portanto, todos vão se beneficiar na mesma proporção. Quaisquer outras interpretações são falsas, não correspondem à minha decisão política. O resto como implementar? Mas a decisão é essa.

Pois bem, mesmo que se tomem – como eu acredito que o Congresso fará – medidas bastante conseqüentes de reforma tributária, não há reforma tributária capaz de fazer face às despesas que crescem – e me refiro aos dados dos estados – entre 2% e 5% ao mês, na folha de pagamento. Não pela ação direta dos que estão hoje ocupando o poder, mas pelas leis que já existem. E isso diz respeito também à Previdência.

Porque no Brasil as pessoas que se aposentam ganham mais do que quando estão na ativa. Só que cada um que se aposenta é pago pelo Governo, que repõe outro na ativa. Então, a folha vai aumentando em progressão geométrica. Não há reforma tributária capaz de fazer frente a isso. Portanto, a nossa crise real é administrativa.

Ela tem um componente também financeiro, que deve ser enfrentado, mas não é por ele só solúvel: tem que haver uma reforma administrativa; tem que haver maior latitude para que o Prefeito possa colocar a quantidade de funcionários numa certa proporção com a sua receita. E mais: é preciso impedir os abusos. Porque há abusos e há, muitas vezes – ouvi isso dos Governadores – excesso de recursos, sobretudo nos Poderes Judiciário e Legislativo, na forma de retribuição, mas quem paga é o Executivo, e isso desorganiza as finanças.

Essa é a situação do Brasil. Não adianta tapar o sol com a peneira. Aqui ninguém é contra ninguém. Nós queremos resolver as questões, mas antes temos que equacioná-las, como está sendo feito. Nós precisamos da reforma administrativa.

Hoje, ainda, vi interpretações a respeito de que o Governo – eu – estaria contente com a aplicação da reforma administrativa para os funcionários que virão. Não. Eu disse que isso era matéria que os tribunais poderão resolver, mas o Presidente acha que é preciso ter a coragem de dizer ao País como é a situação e fazer a remodelação necessária. Claro que com as condições de preservar a dignidade do funcionário. Não se trata de sair caçando bruxas, não se trata de não tomar em consideração os interesses legítimos dos funcionários. Mas abusos, não: não pode haver direitos constituídos para abusos, isso não tem sentido.

Este é o pensamento mais conservador que existe: a idéia de que há abusos adquiridos. Não, eu não concordo com isso. Se há abuso, é abuso e não foi adquirido, pelo menos frente aos interesses do povo, que são os interesses que devemos preservar. Claro que não se fala de forma atropelada, mas nós precisamos de instrumentos constitucionais que nos permitam coibir abusos. Porque, ao não tomarmos essa posição, nós estamos sendo reacionários, não estamos tendo a coragem de fazer aquilo de que o País precisa, que é realmente ter recursos para a educação, para a saúde e para essas questões todas que são as que nos afligem.

É, portanto, necessário levar adiante a reforma administrativa, e eu agradeço o apoio e peço que esse apoio seja ativo, ou seja, transmitido aos parlamentares, para mostrar que é algo imperioso na Administração Pública, em nível municipal, estadual e federal, dentro do respeito, repito, aos verdadeiros direitos dos funcionários, mas respeitando aquilo que é a base, mesmo, da relação correta entre o Estado e seus funcionários. Não é possível deixar que o Estado fique inchado e que esse inchaço se manifeste mais dramaticamente, ainda, na categoria dos privilegiados. Isso não é possível, e eu não tenho nenhuma dúvida de dizer isso ao País, com toda tranqüilidade; e acho que nós todos devemos dizer com firmeza. E enfrentar esta questão: a reforma tributária. Ela é necessária, ela virá também, e não será uma reforma que vá prejudicar quem quer que seja.

Quero dizer aos senhores que o Fundo Social de Emergência provocou até agora, o que vai do ano, um aumento em termos reais de 32%. E quero dizer que o Fundo de Participação dos Estados e Municípios

cresceu, em média, em termos reais, 40%, comparando-se com o mesmo período do ano passado. Portanto, é um mecanismo que foi correto, e, nessa proporção, o benefício maior foi para os municípios; em segundo lugar, para os estados e, em terceiro lugar, para a União, que teve um aumento real de, mais ou menos, 1%. Convém ver os números, para que nós não nos equivoquemos sobre quais são os efeitos das propostas, dos mecanismos existentes.

Os dados todos estão disponíveis. O Ministério da Fazenda deve tê-los fornecido aos senhores. Então, nós temos tranqüilidade quando pedimos ao Congresso que apóie o Fundo Social de Emergência. E, se houver dúvidas, elas têm que ser esclarecidas. Se por acaso o que eu estou dizendo aqui – são os dados que tenho – não for certo, vamos corrigir, mas vamos mostrar onde. Qual é o problema? Onde estão as dificuldades? Porque a intenção do Governo, certamente, como eu disse, é aquela de nós, em conjunto, buscarmos as saídas para essas dificuldades pelas quais os municípios passam, o estado passa e a União também. Quem mais deve, naturalmente, é a União, não é?

Bom, se nós aprovarmos, como eu espero – o Deputado Rigotto recorda, aqui, a medida que o Governo mandou para lá, a respeito só de uma medida, que é a do Imposto de Renda da pessoa jurídica –, isso significará, para o ano próximo, um aumento, no Fundo de Participações, de 2 bilhões e 400 milhões de dólares.

Então, nós temos que olhar o conjunto das medidas do Governo, para ver que estamos pensando não em termos mesquinhos de puxar de um e tirar do outro. O cobertor é curto, mas nós temos é que encoller um pouco os nossos pés e repartir entre todos o calor do colchão dos impostos. E é o que vamos fazer.

Se mantivermos um diálogo com esse espírito, um diálogo aberto, em que cada um dá os seus argumentos – e só com argumentos é que a gente pode avançar, não há outra linguagem no mundo civilizado senão a de argumentar –, se nós deixarmos claro quais são os interesses, quais são as propostas, como é que estamos nos organizando para isso, nós vamos conseguir superar as dificuldades pelas quais estamos passando. Até porque essa superação de dificuldades só se fará, com a

situação atual, num quadro de expansão da economia. Ainda hoje, os senhores lerão no jornal que o órgão mais restritivo que há, em matéria de avaliação dos outros países, que é o Fundo Monetário, acaba de dizer que a economia brasileira vai crescer mais do que 5%.

Eu tenho certeza disso, porque vejo os números todos os dias, o crescimento está entre 5% e 6%. E ainda há quem fale de recessão. Naturalmente essas pessoas perderam a noção de realidade, porque falar de recessão num crescimento, pelo terceiro ano consecutivo, acima de 5% – meu Deus! Eu não vou dizer que é insanidade porque não sou médico; mas, certamente, é, pelo menos, incapacidade de absorver os números e de analisar com objetividade as coisas.

Há questões específicas. Uma foi mencionada aqui, que é a da agricultura. Dificilmente um Governo da República terá feito tanto esforço para repor a agricultura em condições de normalidade quanto o meu Governo. Nós encontramos a situação caótica: era TR em cima, era supersafra, era uma questão de preços que caíram, uma enorme quantidade de problemas. Pouco a pouco, fomos resolvendo todos, e agora falta o último, que é a securitização das dívidas, coisa que jamais ninguém fez. Vamos fazer, estamos na fase final da securitização das dívidas, do grosso do que se produz no campo – naturalmente, colocando um limite, porque é claro que é para aqueles que realmente precisam do dinheiro para produzir, para reproduzir a sua riqueza.

Existem problemas? Existem. Às vezes, a capilaridade das decisões é demorada, até chegar à ponta leva algum tempo, mas estão chegando os recursos, e, pela primeira vez, nós atendemos também à Contag, e fizemos uma linha de crédito especial para a economia familiar.

Se nós conseguirmos, como espero, no máximo na próxima semana, terminar esse processo de clareza, no que diz respeito à securitização – e as questões são de âmbito jurídico –, nós teremos não só resolvido a questão das dívidas antigas como o financiamento futuro, que, os senhores sabem, já há algum tempo, eu coloquei com taxa de juros de 16% e mais nada. Mais não é possível pedir. O resto agora é rezar para que caia uma chuva na hora adequada e ter coragem de continuar

trabalhando, que eu tenho certeza de que o setor agrícola tem essa coragem.

Haverá, eventualmente, alguma perda, pela falta de insumos adequados, em certo momento, mas nós re-equacionamos a questão agrícola, e isso terá efeitos sobre os municípios, porque, é claro, quando o dinheiro começar a fluir, vai passar pelos municípios.

Enfim, esse é o nosso espírito, essa é a nossa compreensão do momento atual. E tenho certeza de que, se continuarmos com o espírito de fazer as reformas, não temeremos ao primeiro grito aqueles que não querem mudar nada, porque têm interesses numa situação dada; se nós tivermos consequência, se nós não tivermos medo de bicho-papão e se realmente formos pessoas de vanguarda, não só na retórica, mas na prática, entendendo qual é o momento atual, o que vamos fazer; se nós não formos reacionários – como alguns que pensam que são muito avançados, mas são reacionários; se nós formos capazes de vislumbrar o caminho da transformação – meu Deus! –, esse povo tem tudo para que nós façamos por ele o mínimo necessário para que possa seguir adiante, com uma vida mais digna e mais decente.

Agradeço, mais uma vez, conto com vocês e peço empenho direto, no Congresso, pelas reformas.

Muito obrigado.